



Universidades Lusíada

Araujo, Erika B.
Gonçalves, Sílvia M. M.

Narrativas em acolhimento institucional : a experiência através de adolescentes institucionalizadas

<http://hdl.handle.net/11067/4804>

Metadata

Issue Date 2018

Abstract Entrar na adolescência quer dizer embarcar em uma fase de mudanças físicas e psicológicas significativas, conforme citam Aberastury e Knobel (2011). A adolescência, então, pode ser entendida como uma fase de reorganização, onde todo o equilíbrio, ora conquistado na infância, dará lugar ao processo de conquista de identidade nesta nova fase. E o adolescente em contexto de acolhimento institucional? Em situação de vulnerabilidade, o acolhimento institucional de crianças e adolescentes é uma medida...

Entering adolescence means embarking on a phase of significant physical and psychological changes, as Aberastury and Knobel (2011) cite. Adolescence, then, can be understood as a phase of reorganization, where all the balance, now achieved in childhood, will give way to the process of conquest of identity in this new phase. And the adolescent in an institutional reception context? In a situation of vulnerability, the institutional reception of children and adolescents is an important protective ...

Keywords Adolescentes - Assistência em Instituições - Brasil

Type article

Peer Reviewed No

Collections [ULL-IPCE] RPCA, v. 09, n. 2 (2018)

This page was automatically generated in 2020-03-05T07:00:41Z with information provided by the Repository

**NARRATIVAS EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL:
A EXPERIÊNCIA ATRAVÉS DE ADOLESCENTES
INSTITUCIONALIZADAS**

**NARRATIVES IN INSTITUTIONAL HOSTING: THE
EXPERIENCE THROUGH INSTITUTIONALIZED
ADOLESCENTS**

Erika B. Araujo

Sílvia M.M. Gonçalves

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

Seropédica – Rio de Janeiro – Brasil

Resumo: Entrar na adolescência quer dizer embarcar em uma fase de mudanças físicas e psicológicas significativas, conforme citam Aberastury e Knobel (2011). A adolescência, então, pode ser entendida como uma fase de reorganização, onde todo o equilíbrio, ora conquistado na infância, dará lugar ao processo de conquista de identidade nesta nova fase. E o adolescente em contexto de acolhimento institucional? Em situação de vulnerabilidade, o acolhimento institucional de crianças e adolescentes é uma medida protetiva importante na rede de proteção à infância e adolescência, demandando expressiva atenção. O campo da adolescência para o adolescente em acolhimento institucional poderá ser reorganizado, uma vez que estará tutelado pelo Estado em uma instituição, o que poderá implicar viver de acordo com a cultura existente e com seus pares que vivenciam também a fase de transformação. E entrar nesta fase seria lidar também com os conflitos de outros adolescentes que possuem identidades, vivências e culturas diferentes. Mergulhar no universo das instituições de acolhimento significa se deparar com a realidade de aprendizagens práticas, e intensas, sobre como o adolescente se percebe neste contexto. De acordo com Negrão e Constantino (2011), é preciso ouvir o que as vivências do adolescente em situação de acolhimento institucional produzem em nível individual e coletivo. Neste trabalho são apresentadas as experiências do viver institucionalizado através das narrativas de adolescentes, durante o desenvolvimento de pesquisa realizada em Unidade de Acolhimento no município de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, com o intuito de compartilhar as realidades e refletir acerca do tema.

Palavras-chave: Adolescente, Acolhimento Institucional, Narrativas.

Abstract: Entering adolescence means embarking on a phase of significant physical and psychological changes, as Aberastury and Knobel (2011) cite. Adolescence, then, can be understood as a phase of reorganization, where all the balance, now achieved in childhood, will give way to the process of conquest of identity in this new phase. And the adolescent in an institutional reception context? In a situation of vulnerability, the institutional reception of children and adolescents is an important protective measure in the network of protection for children and adolescents, demanding significant attention. The field of adolescence for the adolescent in institutional reception can be reorganized, since it will be protected by the State in an institution, which may imply living according to the existing culture and with its peers who also experience the transformation phase. And entering this phase would also deal with the conflicts of other adolescents who have different identities, experiences and cultures. Immerse yourself in the universe of host institutions means to face the reality of practical and intense learning about how the teenager perceives himself in this context. According to Negrão and Constantino (2011), it is necessary to listen to what the experiences of the adolescent in an institutional reception situation produce at the individual

and collective level. In this work the experiences of the institutionalized living through the narratives of adolescents are presented during the research conducted in the Reception Unit in the municipality of Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, in order to share the realities and reflect on the theme.

Keywords: Adolescent, Institutional Reception, Narratives.

Introdução

Entrar na adolescência quer dizer embarcar em uma fase de mudanças físicas e psicológicas significativas, conforme citam Aberastury e Knobel (2011). Nesta metamorfose o adolescente enfrenta crises de identidade, pois saindo da infância se depara com um indivíduo que já não é mais criança, porém não pode viver como adulto. A adolescência, então, pode ser entendida como uma fase de reorganização, onde todo o equilíbrio, ora conquistado na infância, dará lugar ao processo de conquista de identidade nesta nova fase. E o adolescente em contexto de acolhimento institucional? Em situação de vulnerabilidade, principalmente, quando alguns de seus direitos estão sendo violados, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (2016), onde seus pais não conseguiram prover, por motivos variados, a proteção necessária ao processo de desenvolvimento. O acolhimento institucional de crianças e adolescentes é uma medida protetiva importante na rede de proteção à infância e adolescência, demandando expressiva atenção. Pode ocorrer em casas de passagem ou casa lar, com caráter temporário (Paiva, 2013). O campo da adolescência para o adolescente em acolhimento institucional poderá ser reorganizado, uma vez que estará tutelado pelo Estado em uma instituição, o que poderá implicar viver de acordo com a cultura existente e com seus pares que vivenciam também a fase de transformação. E entrar nesta fase seria lidar também com os conflitos de outros adolescentes que possuem identidades, vivências e culturas diferentes. Mergulhar no universo das instituições de acolhimento significa se deparar com a realidade de aprendizagens práticas, e intensas, sobre como o adolescente se percebe neste contexto. De acordo com Negrão e Constantino (2011), é preciso ouvir o que as vivências do adolescente em situação de acolhimento institucional produzem em nível individual e coletivo. A lógica do viver institucionalizado pode se referir a uma forma de segregação do adolescente em situação de vulnerabilidade. Neste trabalho são apresentadas as experiências do viver institucionalizado através das narrativas de adolescentes, durante o desenvolvimento de pesquisa realizada em Unidade de Acolhimento no município de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, com o intuito de compartilhar as realidades e refletir acerca do tema.

O acolhimento institucional

O abrigo é uma das medidas de proteção especial previstas no artigo 101, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Na medida em que o ECA também define princípios para a implementação de programas desenvolvidos por entidades que ofereçam tal medida, o abrigo acaba por se configurar, de fato, como um novo equipamento de ação (proteção) social. Ele surge, portanto, sob a expectativa de expurgar do cenário brasileiro a figura das instituições asilares para crianças e adolescentes, alvo de debate e crítica nas últimas três décadas. Um dos principais desafios das políticas para a infância e a juventude no Brasil tem sido o de transformar o instituído legalmente em realidade cotidiana. Em referência aos programas de acolhimento institucional em abrigos, os dilemas e desafios encontrados vão além do estabelecido no texto legal. A questão central é como fazer desse espaço um local de morada, onde crianças e adolescentes possam viver protegidos, com oportunidades de desenvolvimento pleno, e com direito e garantia à autonomia e participação social até que retornem às suas famílias de origem, ou que sejam encaminhados para famílias substitutas, provisórias ou definitivas. A criança que se encontra abrigada, além de enfrentar dificuldades oriundas de relações familiares difíceis, muitas vezes, ao adentrar o abrigo, onde sua estadia geralmente não é transitória, se depara com longos processos judiciais, perpetuando a situação de institucionalização, haja vista que cada dia passado na instituição pode dificultar o processo de adoção, por ultrapassarem o estágio de vida, geralmente preferido pelas famílias brasileiras, que é até os dois anos de idade (Vectore & Carvalho, 2008). O abrigo, assim, necessita desconstruir suas raízes asilares e se construir a partir de novas bases. Estudos recentes têm buscado demonstrar a possibilidade de os abrigos constituírem “[...] modelos identificatórios positivos, segurança e proteção” (Siqueira & Dell’Aglío, 2006, p.78). Acredita-se, segundo essa perspectiva, que o abrigo pode ser uma das fontes de apoio social à criança, desde que considere a integralidade de suas necessidades. Entretanto, há que se pensar nos desafios que tal papel pode demandar quando se considera a processualidade das experiências de vida das crianças e adolescentes abrigados. Conforme pesquisa de Zem-Mascarenhas e Dupas (2001), a condição de jovens abrigados é marcada por uma trajetória de abandonos sucessivos, conflitos em relação à família e ao convívio no abrigo além da incerteza sobre seu futuro. Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (2016), as violações de direitos contra crianças e adolescentes passam a ser reconhecidas pelo Estado, que promove, por sua vez, ações de proteção em favor deles e responsabilização dos que cometem violações. Nos casos extremos, onde crianças e adolescentes são vítimas dessas violações, uma medida protetiva que pode ser aplicada é o acolhimento institucional, até que cesse o risco e a criança e/ou adolescente possam ser reintegrados à sua família de origem ou em família substituta. Esse acolhimento institucional de crianças e adolescentes de

zero a 17 anos e 11 meses faz parte da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, da Política Nacional de Assistência Social - PNAS (2004), e tem por objetivo garantir proteção integral aos acolhidos, o que inclui moradia, alimentação, vestuário e higienização no tempo em que estiverem fora do contexto familiar. Vale ressaltar que essa proteção social precisa garantir o convívio familiar e/ou social dos acolhidos, proporcionando contato familiar, quando possível e inclusão nos dispositivos da comunidade, tais como escola, serviço de saúde, centro de esportes dentre outros (Carvalho, 2015). Nesse contexto, o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (2006) reforça a importância da manutenção dos vínculos familiares e comunitários de crianças e adolescentes, reconhecendo a importância da mobilização de outras políticas de Estado e da sociedade civil para o alcance desse objetivo. Também indica que o acolhimento institucional pode ser organizado, entre outros, nas modalidades abrigo institucional para pequenos grupos ou casa lar. Os parâmetros de funcionamento, que inclui público-alvo, aspectos físicos, recursos humanos e infraestrutura dessas modalidades são discutidas detalhadamente do documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (Conanda & Cnas, 2009). As instituições de acolhimento podem ser de natureza pública-estatais ou não-estatais, sendo que os abrigos institucionais podem receber até 20 acolhidos, e as casas lares, até 10 crianças e adolescentes, sempre inseridos em meio residencial (Conanda & Cnas, 2009). A medida protetiva de acolhimento institucional é aplicada pelo Juiz da Infância e da Juventude, muitas vezes por meio da atuação do Conselho Tutelar, pois se entende que, temporariamente, a família não se encontra em condições de proteger e cuidar daquela criança e/ou adolescente. Durante o tempo do acolhimento, psicólogos e assistentes sociais do abrigo ou casa lar trabalham no sentido de promover a reintegração familiar e/ou comunitária dos acolhidos no menor tempo possível (Carvalho, 2015). Em termos legais, a medida protetiva de acolhimento institucional está prevista no Art. 101, VII do Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA (2016). Sua aplicação ocorre pela presença de situações de violação de direitos, como maus tratos, negligência ou abuso sexual, por exemplo, no ambiente familiar. Pode acontecer, também, de a situação de violência ocorrer fora do contexto da família, e esta, por diversos motivos, não conseguir proteger a criança ou o adolescente dessas vivências. Vale ressaltar que o acolhimento é provisório e excepcional, mas, em alguns casos, a reintegração na família de origem ou em família substituta não ocorre, sendo então, extremamente necessário, um trabalho junto ao adolescente, de promoção de sua autonomia para a vida adulta (Carvalho, 2015).

O acolhimento institucional nos aspectos psicológicos e sociais

Múltiplas são as observações acerca da compreensão dos aspectos psicológicos e sociais inseridos no acolhimento institucional. Convém destacar que

a Psicologia do Desenvolvimento, John Bowlby, e a Psicologia Sócio-histórica, Vygotsky, fundamentam a maior parte dos estudos sobre essa temática. Pesquisadores compartilham das duas perspectivas, ressaltando a importância da experiência ativa no processo em atribuir significado a vivência (Ferreira, 2012 apud Melo, 2013). Rizzini e Rizzini (2004 apud Melo, 2013) citam que instituições de acolhimento são apontadas como contextos de revitimização. Se a medida de acolhimento institucional encontra sua justificação na necessidade premente de afastar a criança ou adolescente do contexto de vitimação, há de se assegurar que a estrutura das instituições não sejam sucessivas a condições de perigo e maus tratos (Beyer, Higgins & Bromfield, 2005 apud Martins, 2014). A vitimação em contexto institucional se constitui por fenômeno polifacetado, diverso e sem apresentação de padrão específico identificável (Barter, 2003 apud Martins 2014). Estudos demonstram que, mesmo após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente algumas instituições se caracterizam por uma intervenção coercitiva, inúmeras vezes totalitária, com tendência a negar os anseios do público ali abrigado. Ainda há estudos que apontam traços característicos observados em crianças e adolescentes em acolhimento institucional relacionando às suas histórias de vida e ao contexto de institucionalização (Melo, 2013).

Narrativas sobre acolhimento institucional

- Adolescente A - 15 anos:

“Adolescência no abrigo é legal. Não estou sozinha para fazer as coisas (tarefas domésticas. Cada adolescente tem suas tarefas pré-definidas). Bom por me sentir cuidada pelas educadoras. Não acho difícil fazer amigos aqui. Eu até tenho. Aqui eu brinco com as meninas, conversamos, fazemos tudo. Já o que é ruim são as falsidades. Tem muitas falsas dizendo ser “boazinha”. Muitas não querem ver o bem dos outros, fazem muitas fofocas e incomodam. Eu mudaria os educadores chatos, meninas falsas. Mudaria a diretora, ela é “perturbada” de vez em quando”.

- Adolescente B - 15 anos:

“Viver a adolescência em abrigo é muito ruim. Mais é melhor, estou abrigada, não fico andando pela vizinhança. Não é apropriado andar pela rua. Cheguei a ficar na rua e fui abusada pelo meu vizinho. Não acho difícil fazer amizade no abrigo. Trato todas iguais. Percebo muitas coisas boas aqui. O carinho é um deles. Aqui ganhei uma família. Quando fiz 15 anos, já estava aqui, fizeram uma festa surpresa para mim. Foi legal, fiquei muito feliz. Mais o ruim aqui são as pessoas que querem o mal. Acusam você de coisas que você não fez. As pessoas não querem ver o bem. Eu sou extrovertida”.

- Adolescente C- 16 anos:

“Viver a adolescência aqui é horrível. Não consigo ser adolescente aqui. A minha adolescência está sendo péssima. Aqui fico presa. Adolescente preso só piora a situação. É uma cadeia. Não gosto de viver presa. Meu tio abusou de mim aos 14 anos. “Cruel”. Fazer amizade aqui é muito difícil. Tem pessoas que eu confio e outras não. Mais em duas eu confio muito. As educadoras são o que percebo de bom aqui. Brigam mais são boas. Tem uns educadores que perturbam, são chatos. Mais eu gosto muito delas. De ruim são as adolescentes que querem ser mais que as outras. Elas ficam rindo, criam intrigas, fazem fofocas entre as adolescentes. Poder distrair a noite. Não vou à escola, não saio para lugar algum. Gostaria de ter mais liberdade, isso eu mudaria aqui.

- Adolescente D - 17 anos:

“A adolescência para mim não é fácil. Vida de adolescente é chata. Adolescente quer sair e não pode. Aqui é prisão. Passo a fase andando. Quando estava em casa saía direto. Não tenho Facebook. Quando as educadoras vão embora fica chato, umas brincam. Viver a adolescência não significa nada. Fica muito difícil fazer amizades no abrigo. Aqui dentro ninguém tem amigos. A convivência, para mim, é o motivo do afastamento. As melhores coisas aqui no abrigo são as educadoras, só elas. Tem muitas coisas ruins. A diretora podia ser “mais legal.” Aqui some muitas coisas e “agente” leva a culpa. Chega aqui “agente” quer atenção, carinho. Me apeguei muito a “Maria” (educadora). Eu mudaria tudo aqui no abrigo. Regras: só iria ser bom se tivesse um celular. Aqui não é uma casa. Sem escola, sem acesso ao mundo exterior”.

- Adolescente E - 17 anos:

“Porra”, viver a adolescência em abrigo não é muito bom não. Queria ver meu pai de criação, minha irmã, meu irmão, todo mundo. Isso é saudade, saudade é fogo. Minha mãe está doente por culpa minha. Eu denunciei ela para a polícia e para o conselho tutelar porque me batia e me queimava. Muito difícil fazer amigos aqui no abrigo. Eu vivo na rua o tempo todo. Só sou amiga das educadoras. Ninguém aqui é meu amigo. As meninas me batem, ficam me zoando porque eu faço “xixi” na cama. Também sinto falta da minha mãe. Minha melhor amiga foi adotada. De bom no abrigo é o educador com “a gente”, o tio que trabalha à noite; a “Joana” (diretora do abrigo). De ruim aqui é à noite, não consigo dormir. As meninas falam que aqui foi um cemitério. Eu tenho medo dos fantasmas. Eu fico tendo pesadelo. Aqui foi um cemitério. Durmo sozinha. Várias pessoas morreram no nosso quarto. Lembro de tudo. Tenho que tomar cuidado, pois o homem abre a porta. Eu queria ir embora daqui. Queria achar meu irmão. No abrigo mudaria muita coisa. Queria um curso de manicure.

- Adolescente F – 16 anos:

Viver a adolescência em abrigo é a coisa mais complicada. Momento difícil e não pode demonstrar. Parece fazer drama. Vivo num mundo que é só meu. Sei que vivo só. Procuo viver da minha forma. Tive que aprender a me virar sozinha. Prefiro não me iludir com a atenção das pessoas, momentânea. É muito difícil fazer amigos. Você não pode marcar com pessoas de fora. É difícil falar que moro em abrigo. Prefiro não falar para não surgir pergunta sobre a vida. De bom percebo muita coisa. Aqui você ganha muito mais maturidade. Você vem, encontra pessoas que ajudam, tipo escola. Te ensina muito. Fugi e quando fiquei na rua eu vi o quanto aqui é importante. Sua mente vira outra. É ruim as pessoas sentirem pena. Você se apegam a elas sempre. Eu mudaria as injustiças com a Vera (diretora). Ela não merecia, é a que mais faz por nós.

- Adolescente G- 12 anos:

“Acho bom viver a adolescência aqui. Não, não é difícil fazer amizades no abrigo. O que tem de bom aqui são as educadoras. Eu percebo de ruim no abrigo “uma pessoa”. Fala mal dos outros por trás. Isso me incomoda. Se pudesse escolher gostaria que ela saísse. Mudaria a sala, os quartos, o banheiro, tudo. Tudo é rabiscado, sujo, a direção reclama com “a gente”.

Conclusões

A dimensão organizacional das instituições é fundamental para compreender as dinâmicas que nelas se instalam, sendo possível conhecer fatores que favorecem a ocorrência de interações abusivas ou que as previnam (Martins, 2014). A partir das narrativas apresentadas é possível identificar queixas sobre solidão, ausência de confiança nas relações com os pares ou adultos. Os relatos são permeados de traços que expressam sentimento de intolerância a instituição. O que configuraria tal realidade? A invisibilidade das adolescentes no espaço social? Inexistência da participação destas em discussões de interesse para promoção de condições favoráveis de convivência? O gerenciamento adequado de adolescentes em contexto de acolhimento institucional é complexo e requer competência científica, técnica e atuação profissional com responsabilidade. Adolescentes, ainda que afastadas das figuras familiares em seu processo de desenvolvimento, devem encontrar, nas instituições, condições necessárias para a promoção de cultura baseada na ética do cuidado.

Referências

- Aberastury, A. & Knobel, M. (2011). *Adolescência normal: um enfoque psicanalítico*. (S. M. G. Ballve, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Brasil. Presidência da República/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos/ Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. (2006). Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. – Brasília-DF: Conanda.
- Brasil. CONANDA/ CNAS (2009). Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescente: CONANDA/ CNAS.
- Carvalho, A. M. A. & Pedrosa, M. I. (2002). Cultura no grupo de brinquedo. *Estudos de Psicologia*, v. 7, n.1, (pp. 181-188). São Paulo.
- Carvalho, J. C. B. (2015). Trajetórias Marcadas: Histórias de vida de adolescentes com vivência de acolhimento institucional. (Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília). Recuperado em <http://repositorio.unb.br/handle/10482/19505>.
- Lei 8.069. (2016). *Estatuto da criança e do adolescente*.
- Marcílio, M. L. (2006). A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. In: Freitas, Marcos Cezar de (Org.). *História Social da Infância no Brasil*. (pp. 53-79). São Paulo: Cortez.
- Martins, P. C. (2014). Vitimação de crianças em acolhimento institucional: contornos do problema. In: Manita, Celina (Org.). *Vítimas de crime e violência: práticas de intervenção*. (pp. 149-159). Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Melo, S. F. et al. (2013). Atenção psicológica à criança em acolhimento institucional: o cuidado ao ser. In: Paiva, Ilana Lemos de (Org.). *Infância e juventude em contextos de vulnerabilidade e resistências*. (pp. 101-119). São Paulo: Zagodoni.
- Menelau, T. A. C. L. (2009). Construção de vínculos entre crianças numa situação transitória de abrigo. (Tese de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco). Recuperado em <https://www.ufpe.br/pospsicologia/images/Dissertacoes/2009/menelau%20thais%20de%20albuquerque%20da%20costa%20lins.pdf>.
- Negrão, A. V. G. & Constantino, E. P. (2011). *Acolhimento institucional em tempos de mudança: uma questão em análise*. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Siqueira, A. C. & Dell'aglio, D. D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência. *Psicologia Social*, (pp. 71-80), v. 18, n. 1.
- Vectore, C. & Carvalho, C. (2008). Um olhar sobre o abrigamento: a importância dos vínculos em contexto de abrigo. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRapee)*, (pp. 441-449), v.12, n. 2.
- Zem-Mascarenhas, S. H. & Dupas, G. (2001). Conhecendo a experiência de crianças institucionalizadas. *Revista Escola de Enfermagem USP*, (pp. 413-419), v.35, n. 04.